

MPF quer mais atuação contra a exploração de minério no Amapá

Categories : [Salada Verde](#)

O Ministério Público Federal (MPF) quer mais atuação de órgãos no combate à exploração de minérios nas áreas próximas ao Rio Oiapoque, da Floresta Estadual do Amapá (Flota), dos parques nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange. O MPF emitiu, na semana passada, recomendações para Agência Nacional de Mineração (ANM), Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (Imap), Instituto Estadual de Floresta (IEF/AP) e Secretaria de Meio Ambiente do Amapá (Sema/AP).

A ANM tem um prazo de 60 dias para que o órgão realize o cancelamento de todos os requerimentos de pesquisa, lavra garimpeira e títulos minerários relativos a poligonais inseridas na faixa de fronteira dos municípios de Oiapoque e Calçoene. A Autarquia federal terá 10 dias para informar as providências adotadas em relação ao cumprimento das determinações do MPF.

O Ministério Público Federal orientou a Sema, o IMAP e o IEF que cancelem as licenças ambientais já expedidas para atividades e empreendimentos minerários realizados em dois dos quatro módulos da Flota. As atividades mineradoras estavam sendo executadas sem a autorização dos órgãos de controle.

Na recomendação, o MPF expõe a situação que ocorre na Floresta Estadual do Amapá (Flota): “CONSIDERANDO que a lei de criação da FLOTA a dividiu em 4 (quatro) módulos, e que as áreas inseridas nos módulos III e IV, que abrangem os municípios de Calçoene e Oiapoque, fazem limite com duas unidades de conservação instituídas pela União, com terras indígenas e com a margem direita de rio federal, e se encontram em faixa de fronteira, havendo sobreposição de parte destes módulos ao território do PARNA do Cabo Orange e do PARNA do Tumucumaque”.

Ao Ibama foi recomendado análise dos documentos, a exigência de estudo e de relatório de impacto ambiental. Além disso, o órgão terá que promover o cancelamento de requerimentos para exploração mineral na área da Flota e dos parques nacionais.

As recomendações foram assinadas pelos procuradores da República Antonio Diniz, titular da Procuradoria da República no município de Oiapoque, e Ana Carolina Bragança, da Procuradoria da República no Amazonas, membros da Força-Tarefa Amazônia, criada em agosto deste ano com a finalidade de atuar no combate à macrocriminalidade na Amazônia Legal, nos casos envolvendo mineração ilegal, desmatamento, grilagem de terras públicas, violência agrária e tráfico de animais silvestres.

**Com informações da Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal*

Saiba Mais

[Recomendação ANM](#)

[Recomendacao -Ibama, Sema, Imap, IEF](#)

Leia Também

<https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/mpf-cria-forca-tarefa-para-combater-crimes-ambientais-na-amazonia/>

<https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/mpf-entra-com-acao-contr-garimpo-ilegal-no-para/>

<https://www.oeco.org.br/reportagens/27282-floresta-estadual-do-amapa-corre-risco-de-acabar/>